

Quando a Justiça não quer ver

PODER Magistrados que ousaram, em vão, desafiar os queridinhos do *status quo*

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

A narrativa que cria os heróis costuma reproduzir-se através de gerações: personagens que representam os anseios de justiça e que muitas vezes acabam virando modelos a ser seguidos. Na sociedade de massas, o culto aos heróis é formatado pelo discurso dos meios de comunicação. Quando eles atendem aos interesses dos grupos dominantes, passam a ser celebrados em capas de revistas e livros, são laureados em eventos que mais lembram um teatro do ridículo e tornam-se ícones para uma massa incauta e ignorante.

No Brasil de hoje, os heróis manufaturados são os integrantes da força-tarefa da Lava Jato. Celebrados pela mídia nativa porque detiveram os corruptos da esquerda, quando se trata de investigar os corruptos da direita, eles se esquivam, se omitem, desconversam ("Isso não vem ao caso", costuma dizer o juiz Sergio Moro).

Mas o que ocorre quando o juiz, o procurador ou o delegado não seguem com submissão bovina o *establishment*? Quando enfrentam o crime de forma isonômica e imparcial, preocupando-se com o País e não com os holofotes e os dividendos pecuniários da fama e das palestras bem remuneradas?

CartaCapital relembra personagens do mundo judicial que ousaram, nos últimos anos, enfrentar os donos do poder

e acabaram virando alvo dos ataques não só dos grupos de comunicação como até mesmo do próprio Judiciário.

JUIZ FAUSTO DE SANCTIS E O DELEGADO PROTÓGENES QUEIROZ

Em julho de 2008, uma operação especial da Polícia Federal saiu às ruas com cerca de 300 policiais para dar cumprimento a mandados de busca e prisão que levariam à cadeia o banqueiro Daniel Dantas, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e o investidor Naji Nahas. Batizada de Satiagraha – em sânscrito, "firmeza na verdade" –, o esquema revelava relações íntimas do banqueiro com integrantes do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O propinoduto, de acordo com a investigação, envolveria não só políticos, mas também juízes e jornalistas. O pacto de silêncio era necessário. A fraude envolveria o fundo Opportunity, um dos maiores arrematadores no leilão das teles durante o governo Fernando Henrique. Os

Enquanto a **Lava Jato** é celebrada, aos **'inimigos'** restaram a calúnia e o ostracismo





De Sanctis e Luiz Fernando.

O juiz da Satiagraha (ao lado, a captura das provas depois esquecidas) virou alvo porque pegou o super capo Dantas. O procurador que investigou a era FHC (abaixo) foi motivo de piada por defeitos físicos

detalhes desses negócios nunca foram totalmente esclarecidos. Que o diga o então diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, flagrado em uma conversa com o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros sobre uma carta de fiança ao Opportunity: “Chegamos ao limite de nossa irresponsabilidade”.

Com a prisão de Dantas, dono do Opportunity, o mundo político e judicial veio abaixo. Críticas sobre a operação espocaram imediatamente, de todos os lados. O ministro do STF, Gilmar Mendes, concedeu dois habeas corpus em apenas 48 horas, determinando a soltura de Dantas, e criticou duramente a posição de Fausto de Sanctis. Os então senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), principais porta-vozes da privatária tucana na Casa, saíram em defesa de Mendes – e, por extensão, de Dantas. Mesmo com o posicionamento da Associação de Juízes Federais e de uma carta de mais de cem procuradores apoiando a decisão de De Sanctis, as críticas da imprensa dócil e alinhada com o poder não demoraram a aparecer.

A revista *Veja* foi autora de diversas reportagens e artigos em que criticava a postura do juiz, em uma delas, intitulada



RICARDO MORAES/AF E LEONARDO RODRIGUES/IE-SIM E CLAUDIO VERSIANI



“Sem limites”, deixava claro a contrariedade quanto à postura do magistrado. À época, *Veja* achava que a atuação de um juiz não poderia ultrapassar o que decreta a lei. À época – bem entendido. Editoriais da *Folha de S. Paulo* questionavam se não teria havido abuso por suposto uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nas investigações. Nas emissoras de tevê, coberturas negativas destacavam supostas irregularidades cometidas pelo delegado Protógenes Queiroz, enquanto ignoravam o teor das investigações. Uma esquizofrenia calculada.

Em nome “do devido processo legal” e da “legalidade”, a investigação foi implodida com o auxílio de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, que considerava que a apuração foi ilegal, a pretexto da participação de agentes da Abin. Fim de papo. Protógenes acabou condenado e perdeu o cargo de delegado. Fausto de Sanctis chegou a postergar sua promoção ao Tribunal Regional Federal, em São Paulo, para continuar à frente da operação. Acabou atirado para escanteio. Atualmente, De Sanctis está no TRF, julgando apenas em grau de recursos e nunca mais chefou nenhuma operação judicial.

O PROCURADOR CELSO TRÊS E O DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL JOSÉ CASTILHO

Destino diferente não tiveram o procurador Celso Três e o delegado da Polícia Federal José Castilho com a apuração do Caso Banestado, escândalo de evasão de divisas de meio trilhão de reais no fim dos anos 90. De acordo com os peritos que analisaram as provas, 90% dessas remessas, por meio do banco paranaense, foram ilegais e parte tinha origem em ações criminosas. A cifra astronômica foi mapeada graças ao incansável e inicialmente solitário trabalho do procurador Celso Três, posteriormente aprofundado pelo delegado federal José Castilho.

O Ministério Público chegou a estranhar mudanças repentinas em dados en-

Caso Banestado foi enterrado. A evasão de meio trilhão citou donos da mídia nativa

viados pelo governo FHC. Em um primeiro relatório encaminhado para os investigadores, as remessas da TV Globo somavam o equivalente a 1,6 bilhão de reais. Mas um novo documento, corrigido pelo Banco Central, chamou a atenção dos procuradores: o montante passou a ser de 85 milhões, uma redução de 95%.

A quebra do sigilo demonstrou que o Grupo Abril, dono da revista *Veja*, fez uso frequente das contas CC5. A Editora Abril, a TVA e a Abril Vídeos da Amazônia, entre outras, movimentaram um total de 60 milhões no período. O SBT, de Silvio Santos, enviou 37,8 milhões. Para saber se houve crime nas movimentações, as investigações deveriam ter sido aprofundadas. O que nunca aconteceu. A emissora que acompanhou o caso de perto foi a TV Record, a única das grandes brasileiras que não apareciam nas investigações.

De acordo com Celso Três, o então procurador-geral Geraldo Brindeiro, em vez de constituir uma força-tarefa ainda em

1998, nos moldes de como hoje funciona na Lava Jato, o fez apenas em 2003 “no crepúsculo de sua gestão”. O procurador acabou saindo da investigação e hoje despacha no Rio Grande do Sul. Quanto a Castilho, foi afastado das apurações e atualmente cuida de casos menores em Santa Catarina. A investigação foi enterrada juntamente com a CPI do Banestado e nenhum personagem político jamais foi condenado.

O PROCURADOR DA REPÚBLICA LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA

No fim dos anos 90, um procurador federal decidiu enfrentar o estamento político. Exausto com a série de escândalos sem punição nos altos escalões da República, Luiz Francisco Fernandes de Souza dirigiu-se às trincheiras. Dono de um Fusca e marxista ao estilo franciscano, o procurador esteve por trás de investigações contra o banqueiro Salvatore Cacciola, o senador cassado Luiz Estevão, o ex-deputado Hildebrando Paschoal (notório pelos assassinatos com motoserra). O ex-seminarista era visto como inimigo pelos integrantes do governo Fernando Henrique e virou motivo de piadas por conta de um defeito físico nas costas.

Seu trabalho esbarrou em nomes como os do ex-ministro Rafael Grecca, do Esporte e Turismo, e Eduardo Jorge,

Afastados.

Delegado José Castilho e procurador Celso Três nunca mais chefaram grandes operações



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR. AILTON DE FREITAS E FABIO ROSSI/AG. O GLOBO



Zaccone. Delegado do Caso Amarildo, Orlando Zaccone, é a favor da desmilitarização da PM e da legalização das drogas. A *Veja* não gostou nada disso

ex-secretário-geral da Presidência da República. Foi também pela atuação corajosa de Luiz Francisco que se descobriram as fraudes no painel do Senado cometidas pelo ex-líder da tropa de choque de FHC, o senador Antonio Carlos Magalhães. A imprensa parecia incomodada com a postura do procurador. Um notório colunista de *Veja*, revelando desconhecimento ou desonestidade intelectual, acusou o procurador de ser omisso com os casos de corrupção no governo Lula.

O colunista se esqueceu de informar aos leitores que o integrante do Ministério Público Federal se tornou procu-

rador-regional da República em 2004, cargo que atua apenas em grau de recurso e não mais à frente de investigações. O “lapso” virou alvo inclusive de uma nota de desagravo por parte da Associação Nacional dos Procuradores da República.

A pancadaria “politicamente enviesada” não parou por aí. Editorial do jornal *O Globo* afirmou que o procurador e seus colegas “deveriam guardar suas denúncias para o fim do processo investigativo e não as alardeassem no início, quando são apenas suspeitas”. Tal zelo jamais foi cobrado aos juízes-algozes da Lava Jato, quando as vítimas eram adversárias do jornalão.

A preocupação “constitucional” também levou o Conselho Nacional do Ministério Público a determinar o afastamento do procurador por 45 dias “por perseguição ao ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge”, de FHC. O STF acabou derrubando a decisão.

DELEGADO ORLANDO ZACCONE

Responsável pelas investigações do Caso Amarildo, pedreiro que desapareceu em julho de 2013 após ser levado por policiais para ser interrogado na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, o delegado foi um dos poucos na área da segurança pú-

blica no estado que realmente se interessaram pelo assunto. Os depoimentos revelaram que Amarildo de Souza foi torturado por quatro policiais. O corpo nunca foi encontrado e oficialmente se declarou “morte presumida”.

Foi Zaccone quem conseguiu desmontar a versão dos policiais de que Amarildo era traficante de drogas. A partir de seu inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia e 12 policiais foram condenados por participação no crime. Com formação em Jornalismo e Direito, além de doutorado em Ciência Política, pacifista de fé Hare Krishna, o delegado virou alvo da imprensa quando começou a advogar a tese da desmilitarização da Polícia Militar.

Zaccone é integrante do Law Enforcement Against Prohibition, entidade internacional que defende a legalização da venda e consumo de drogas. Com ideias progressistas e apoiador de causas contra o excesso de violência da polícia, não demorou para que virasse alvo. A revista *Veja*, sempre ela, dedicou espaço para acusá-lo de financiar os Black Blocs, a partir de uma planilha de gastos de integrantes do grupo.

O delegado desmontou a farsa: “A tentativa de me vincular a um suposto financiamento da violência dos protestos (*reportagem*) foi construída na má-fé, uma vez que na planilha editada pela revista foram omitidos os gastos do evento, que incluía a compra de rabanadas, pão, papel, bem como o aluguel de cadeiras e pagamento de transporte, demonstrando por si só quem está desde o início com dolo (*palavra agora está na moda*) de mentir”.

Com origens e histórias diferentes, todos os “anti-heróis” da imprensa têm algo em comum: ganharam da mídia o “prêmio” do ostracismo, mas não perderam a dignidade de suas histórias. ●

